

grados, este consultor da Congregação para os Religiosos adverte que “é de temer que a vida religiosa sofra um achatamento ou um alinhamento sobre o modelo” proposto pelo CIC, e pede “uma consciência mais clara por parte das autoridades eclesiais em relação aos diversos carismas e as implicações canônicas de tal diversidade, sem negligenciar a consciência própria de cada ordem e instituto, seu caráter singu-

lar na única procura da santidade no seio da Igreja” (p. 196).

A obra provavelmente se tornará ponto de referência para o desenvolvimento do *ius particulare* tanto no âmbito universal quanto no particular, e sua dimensão canônica, indispensável para a consecução do fim supremo, isto é, a *salus animarum*.

José Manuel Jiménez Aleixandre

(Professor – ITTA)

DE LIBERA, Alain. *Où va la philosophie médiévale? Leçons inaugurales du Collège de France*, n. 244. Paris: Fayard, 2014, 68p. ISBN: 978-2-213-68202-0.

Nessa desafiante aula inaugural da cátedra de História da Filosofia Medieval do Collège de France — recriada cinquenta anos após a partida de Étienne Gilson —, Alain de Libera ressalta a importância dessa matéria e sua particular contribuição, sua metodologia ideal, bem como o seu porvir.

No início do texto, o Autor interpela o auditório com uma citação de A.-F. Boureau-Deslandes (1756), que critica duramente o período da Escolástica como sendo uma era onde se respira a “rudeza e a bárbarie”, durante o qual trata das “questões mais abstratas e mais inúteis”, num clima de “tristeza e obscuridade”. Essa depreciativa opinião não foi restrita àquele precursor dos enciclopedistas, pois pervadiu os séculos sucessivos e ainda encontra ecos na atualidade. Alain de Libera enumera, inclusive, outros exemplos similares de críticas ao espírito medieval, como a sua pecha de ser oposta aos moldes humanistas, renascentistas e reformistas.

Por outro lado, o filósofo francês destaca o progresso do estudo da filosofia medieval durante o século passado. Defende, na realidade, a “nossa” — ou “as” — Idade(s) Média(s), sobretudo articulada(s) por seus antigos professores na École Pratique des Hautes Études: Paul Vignaux e Jean Jolivet, além de seu antecessor cateadrático, Étienne Gilson, dos quais de Libera se faz herdeiro, todavia abandonando as típicas categorias de “filosofia cristã”, “teologia da história” e “filosofia da religião”, aplicadas à matéria. Em seguida, o Autor defende a tese de que seria impossível fazer uma história da filosofia medieval sem *fazer* filosofia medieval. Ou seja, em suas palavras, dever-se-ia empreender sempre uma “história filosofante da filosofia”. Somos levados a crer, pois, que o bom historiador do Medievo é aquele que tem a capacidade de *pensar* conforme o autor em questão.

Ante a clássica demarcação da filosofia medieval como a fase entre as duas

quedas do Império Romano — a do Ocidente (476) e a do Oriente (1453) —, Alain de Libera defende que não se pode fazer uma “periodização histórica pura”, em nenhum sentido. Ou seja, os fatos políticos, por exemplo, nem sempre são concomitantes com o pensamento de um determinado período, por uma espécie de decalagem. Assim, as raízes da filosofia do Medievo são mais tardias, pois, segundo o Autor, encontram-se com o encerramento da Escola de Atenas em 529, de um lado e, de outro, com a cristianização da Escola de Alexandria por Filopono, neste mesmo ano. Em sua ótica, a demarcação final seria, curiosamente, a reintrodução da língua grega no estudo dos filósofos no fim do século XV, nomeadamente pelo humanista Nicholas Leonicus Thomaeus, em Pádua (1497). Daí o Autor defender que *fazer* história da filosofia medieval é realizar sempre uma “aculturação” — *translatio*, em todos os aspectos, dentro dos diversos modos de continuação da Antiguidade tardia e das múltiplas utilizações das mais diferentes línguas e traduções.

Esta Idade Média tão heterogênea possuía também semelhanças igualmente paradoxais. Assim, por exemplo, apesar da distância geográfica, cultural e linguística, um discípulo de Olimpodoro ou de Estevão de Atenas, no século VI, e um estudante parisiense do século XII liam os mesmos textos filosóficos: as *Categorias* de Aristóteles e o *Isagoge* de Porfírio. Ironicamente, o Autor comenta que eles estão mais próximos de nós do que aqueles que

reputam inútil a leitura de todo artigo de filosofia com data superior a dez anos...

O método original de Alain de Libera consiste naquilo que ele mesmo denominou “arqueologia filosófica”, ou ainda — inspirando-se no arqueólogo inglês Robin George Collingwood —, uma *constructive re-enactment* — no sentido de que o estudo histórico é uma espécie de reencenação, “numa compreensão viva” da realidade — *in lebendigem Verstehen*, nas palavras de Heidegger. No fundo, advoga uma abordagem filosófica holística, num *repensar* não somente sobre as questões ou vocábulos de um autor específico, mas também a sua organização, sua “estrutura” — pelo que deixa entrever aqui, como em outras partes, sua simpatia pelo estruturalismo (em sua ótica, este mesmo “repensado”, é claro). Este *re-enactment* é sobretudo evidenciado na arte “mentalmente indissociável” de editar, traduzir e analisar um texto medieval a partir do que denomina “arqueologia do sujeito”, isto é, a história do sujeito pensante e sua evolução segundo os paradigmas antropológicos de cada era histórica.

Em suma, nesse auspicioso texto introdutório à filosofia medieval, somos levados a nos perguntar juntamente com a proposta do título: *Para onde vai a filosofia medieval?* De Libera conclui que ela está onde a filosofia *estiver* e vai para onde ela *for*. A história do pensamento de qualquer período não pode ser uma mera coleção de dados; antes, deve ser autenticamente “filosofante”. Nesse sentido, o Autor propõe uma *destructio destructionis* desta

matéria em nosso terceiro milênio, segundo a metodologia por ele proposta.

Cabe ao futuro elucidar a validade das questões e dos métodos que hoje são “reconstruídos”. O certo é que a filosofia

medieval ainda não terminou. Pelo contrário, está apenas começando...

Felipe de Azevedo Ramos, EP
(Professor – IFAT)

AROSZTEGUI ESNAOLA, Manuel et al. *La unción de la gloria: en el Espíritu, por Cristo, al Padre. Homenaje a Mons. Luis F. Ladaria, S.J. Madrid: BAC, 2014, xxiii+622p. ISBN: 978-84-220-1723-3.*

La Biblioteca de Autores Cristianos ha publicado un homenaje a Mons. Luis F. Ladaria, catedrático de Teología, primero en Comillas y luego en la Pontificia Universidad Gregoriana de Roma. Fue también tres veces miembro y una vez secretario de la Comisión Teológica Internacional (quinquenio de 2004-2009). En julio del 2008 fue nombrado por Benedicto XVI Secretario de la Congregación para la Doctrina de la Fe.

La obra comprende una miscelánea de 22 artículos, divididos en tres partes, cuya temática se identifica con el quehacer teológico del arzobispo jesuita español, tanto en su docencia como en su investigación. Se señala en la contracubierta que el deseo de este *Festschrift* a Mons. Ladaria es alcanzar el filón teológico abierto por su pesquisa, reflejo de su honda análisis de la patrística. Se delinea en la contemplación del hombre a la luz de su destino último en Cristo resucitado. Lo que el autor inició con la *Trinidad en San Hilario de Poitiers* como tesis doctoral y se continuó por obras de gran profundidad, entre otras *Trinidad, misterio de Comunión, Jesucristo Salvación de todos, Antropología teoló-*

gica, concluyó con *Jesús y el Espíritu: la unción*.

El prólogo aborda algunos rasgos propios de la labor especulativa del homenajeado, comenzando por la Antropología Teológica, materia a que dedicó parte de su docencia en la Gregoriana. Partiendo del concepto de hombre y de los designios de Dios sobre él (A. ORBE, *Antropología de san Ireneo*, Madrid: BAC, 1969, p. 20), nos llama la atención a todo el desarrollo de la *Historia Salutis* que culmina con Cristo resucitado —el nuevo Adán— como auténtica imagen del hombre perfecto, idea que ilumina el origen y el fin del hombre en los designios divinos (p. xvi). El tema de la Encarnación, “se ha encarnado con todos nosotros” (cf. LADARIA, L.F. *Caro salutis est cardo. Anthropotes*, v. 28, 2012, p. 327-338), citando a Hilario de Poitiers (*Trin.* VI, 43), introduce el papel fundamental que le corresponde al Espíritu como fecundador de la carne para heredar las propiedades divinas “*fructus operis spiritus est carnis salus*” (IRENEO DE LYON, *Adversus haereses*, V, 12, 3 [SC 153, 154]). Esa operación divina del Soplo divino sobre la carne la asis-